



A DINÂMICA DE LONGO PRAZO E O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA-RS

**Deivis Cassiano Philereno¹
Silvio Cezar Arend²**

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento municipal, utilizando, como estudo de caso, a realidade de Taquara (RS) e a sua relação com a região. A metodologia do estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de pesquisas documental e bibliográfica, com complemento do índice do Quociente Locacional (QL). Para a coleta de dados, aplicou-se uma entrevista em profundidade com gestores públicos, diretor do Sistema Nacional de Emprego, compradores de supermercados e Secretária do Sindicato Rural de Taquara. A partir da pesquisa, observou-se que, além das perdas territoriais ao longo dos anos, o baixo desenvolvimento de Taquara pode ser explicado pela inadequada Administração Pública, pela incapacidade dos gestores em atrair e reter as empresas e pela falta de interação entre os gestores públicos e setor privado. Também constatou-se, por meio de do QL, que o município apresenta algumas especializações produtivas nos setores primários, secundários e terciários. Por sua vez, a população taquarense vem apresentando um leve crescimento nos últimos anos, bem como em seu PIB. Por outro lado, a sua participação no VAB vem caindo. Com isso, concluiu-se que o baixo desenvolvimento

Recebimento: 10/3/2014 • Aceite: 3/6/2014

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional, prof. da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG), RS, Brasil. E-mail: deivisphilereno@hotmail.com.

² Doutor em Economia, prof. do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC), RS, Brasil. E-mail: silvio@unisc.br.

socioeconômico do município pode ser atribuído ao não aproveitamento das janelas de oportunidades, surgidas nas últimas décadas, devido à falta de alinhamento entre as políticas públicas municipais com as Estaduais e Federais.

Palavras-chave: Município de Taquara; Desenvolvimento Regional; Economia Regional; Desenvolvimento Socioeconômico; Políticas Públicas

THE LONG TERM DYNAMICS AND THE POTENTIAL OF SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT OF THE COUNTY OF TAQUARA-RS

Abstract

The objective of this research was to analyze the social and economic dynamics in the long term as well as the municipal development, using, as a case study, the reality of Taquara (RS) and its relationship with the region. The methodology applied in this study consisted in a qualitative research that was carried out through documental and bibliographical data as well as the Location Quotient Calculator (LQ). In order to collect data, it was used a in-depth interview, with a semi structured script, in the interviewed with the public sector managers, the director of Jobs National System (Sistema Nacional de Emprego), the buyers of supermarkets and the secretary of the Rural Union of Taquara. The research observed that, besides the territorial losses verified during many years, the lower development of Taquara can be explained by the inappropriate Public Administration, the incapacity of the managers to attract and retain the companies and the lack of interaction between the public managers and the private sector. It was also observed that, through LQ, the county shows some productive particularities in the primary, secondary and tertiary sectors. On its turn, the population of Taquara has shown a slight growing in the last few years, as well as its PIB. On the other hand, the participation in VAB has decreased. Therefore, the study concludes that the lower social and economic development can be explained by not exploiting the opportunities emerged in the last decades, due the lack of

alignment between municipal public policies with state and federal ones.

Keywords: Taquara country; Regional development; Regional economy; Social and economic development; Publics Policies

Introdução

Ao longo dos anos, muito se tem abordado acerca do tema desenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional/local, sendo eles discutidos tanto nas áreas da geografia, economia, sociologia e, em alguns casos, multidisciplinares e interdisciplinares. Assinala-se que o desenvolvimento é um assunto, por si só, já muito complexo. Souza (2005), inclusive, argumenta que não existe uma definição que seja universalmente aceita no meio acadêmico sobre o desenvolvimento. Siedenberg (2001), por sua vez, reforça que a palavra “desenvolvimento” passou a ocupar lugar de destaque nas políticas públicas, mídias, revistas, congressos e outros a partir de 1980. Para o autor, muitas vezes se fala em desenvolvimento sem se ter a noção do que significa esta palavra.

Além da sua complexidade, também existem duas correntes vigentes e distintas na literatura: uma que é formada por economistas clássicos que consideram o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a outra que percebe o crescimento como uma condição indissociável para o desenvolvimento, porém não única (SEN, 1999, 2000; 2001; FURTADO, 1980; VEIGA, 2005; SACHS, 2002).

Na primeira vertente, a acumulação é suficiente para o desenvolvimento. Se a produção cresce, a renda é distribuída entre os proprietários, impactando automaticamente na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento econômico. Em contraponto, Furtado (1984) explica que, em algumas nações que tiveram um processo de acumulação mais rápido, parte da população não alcançou um nível de renda suficiente para atender às suas necessidades básicas. Ressalta ainda que a elevação da renda é somente parte do processo, sendo uma condição indispensável, mas não suficiente.

Colaborando com Furtado (2003), autores como Bosier (1996), Benko (1999) Benko e Lipietz (1994), Raffestin (1993) e Santos (1999a), acreditam que um município ou uma região não é desenvolvido somente pelo quanto de recursos financeiros possui ou pela quantidade de impostos que arrecada ou se apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) ou PIB *per capita* elevado, mas pelo quanto de recursos financeiros são investidos na qualidade de vida e no desenvolvimento como um todo dos integrantes desta localidade/região.

Com base nessas informações e com o objetivo de se identificar o potencial de uma determinada região, é importante que sejam identificados os setores que, uma vez mobilizados-fomentados, possam

gerar o maior custo-benefício para o município. Segundo Paiva (2004a, p.16), o potencial regional é, antes de qualquer coisa, “a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente”. Para o autor, são esses os fatores que geram a sustentabilidade do crescimento.

É importante que um município descubra qual é o seu potencial econômico regional, porque, uma vez que todos os investimentos realizados, em nível público, são oriundos da arrecadação de impostos, cabe aos administradores públicos a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações que ofereçam uma variada gama de benefícios a um número maior de pessoas pelo maior tempo possível. Também compete aos gestores públicos conhecer todos os recursos subutilizados/subotimizados (recursos naturais, plantas industriais, infraestrutura, *know-how*, capital humano e outros), tanto do seu município quanto da região na qual está inserida, com o propósito de transformar estes recursos subutilizados/subotimizados em geradores de valores/vantagens para seu município. Salienta-se ainda, que é muito raro um município ou até mesmo uma região apresentar vantagem absoluta em todos os setores produtivos, pois cada localidade tem as suas particularidades, cultura, bem como uma diversidade de recursos inerentes àquele município.

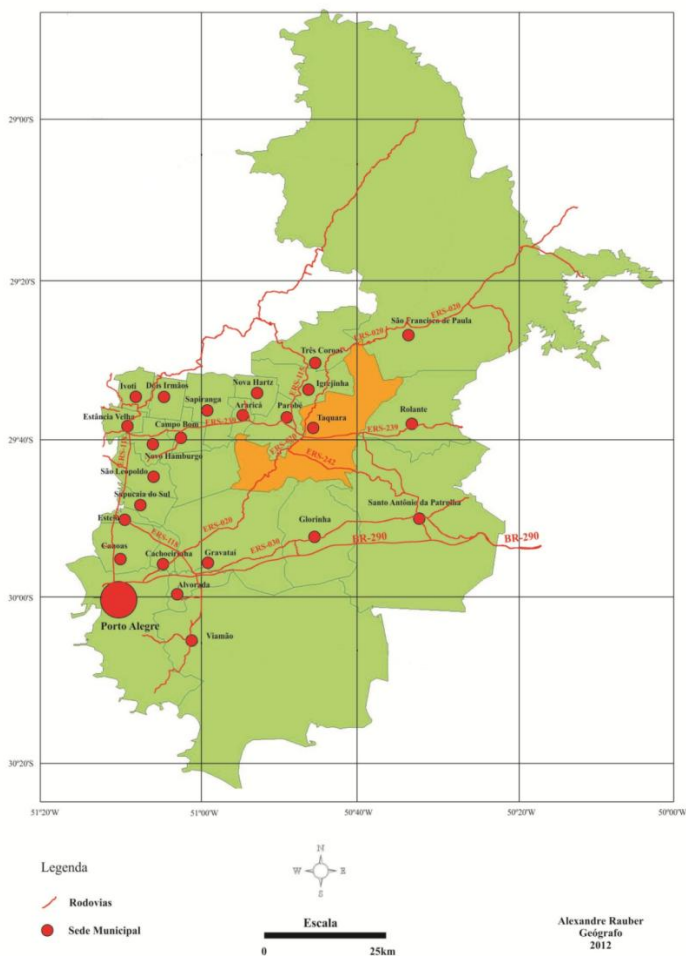
Segundo Paiva (2004a, p.16), o potencial regional é, antes de qualquer coisa, “a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente”. Para o referido autor, são esses os fatores que geram a sustentabilidade do crescimento. Assim, ao se analisar um município, não se pode observá-lo isoladamente e é importante que todos os demais em seu entorno (periféricos ou não) também sejam considerados.

Portanto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: qual(is) o(s) fator(es) que influenciou(aram) na dinâmica de longo prazo e no desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara no período de 1970 a 2010? Para isso, foi feita uma análise da região – determinada pelos autores – através das suas inter-relações. Para isso, o objetivo geral foi o de analisar a dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento municipal, utilizando, como estudo de caso, a realidade de Taquara (RS) e a sua relação com a região. Já os objetivos específicos foram: a) identificar as principais especializações produtivas (agropecuária, indústria e serviço) do município de Taquara; b) verificar as ações realizadas pela gestão pública entre os anos de 1970 a 2010 que contribuíram para o desenvolvimento do

município; c) identificar as principais empresas arrecadadoras de ICMS de Taquara, bem como o seu ramo de atuação, os mercados consumidores, os fornecedores e a percepção sobre a qualificação da mão de obra ofertada e a sua capacidade inovativa; e d) identificar os principais mercados consumidores dos produtos agropecuários taquarenses.

Acredita-se que o não crescimento/desenvolvimento do município pode ser o resultado da falta de conhecimento do potencial regional e, desta forma, de uma má aplicação de seus recursos (humanos, estruturais, tecnológicos e/ou naturais) e, por consequência, de uma escolha equivocada na implantação das políticas públicas que possam contribuir para o seu crescimento/desenvolvimento ou, até mesmo, da perda de território, como aconteceu, quando cedeu espaço à emancipação de São Francisco de Paula (1889), Canela (1945), Gramado (1954), Sapiranga (1954), Três Coroas (1959), Igrejinha (1964) e Parobé (1982). No entanto, os municípios de Gramado e Canela não fizeram parte do presente estudo, primeiramente, por não apresentarem divisa territorial com Taquara e, em segundo, por não fazerem parte da Região Metropolitana Porto-alegrense.

Dessa forma, a delimitação dos municípios que têm relacionamentos com Taquara se deu por meio dos seguintes critérios: a) ser limítrofe ao município de Taquara; b) estar a uma distância máxima de 75 km, pois a capital se encontra a 72 km do município de Taquara; e c) fazer parte da RMPA, além de apresentar ligação com alguma das principais vias de acesso ao município, ou seja, com as RSs 020, 115, 239, 242, 474, 030, 118 e/ou com as BRs 290 e 116. Para melhor visualizar a formação da região, ver Figura 1. Cabe salientar que existem vias secundárias que também (inter)ligam os demais municípios, mas nenhuma destas é RS ou BR. No mapa, foram incluídas somente as BRs e RSs para a delimitação da região. Também se delimitou o período de 1970 a 2010, já que, a partir de 1966, o Estado passou a ser composto por 232 municípios, número que não se alterou pela força da Lei Federal até o início dos anos de 1980. Porém, depois dessa década, surgiram mais 100 municípios na década de 1980 (11, em 1982; 29, em 1987; e 60, em 1988) e mais 164 na década de 1990 (94, em 1992; 40 em 1995; e 30, em 1996). Atualmente, o Estado é constituído por 496 municípios (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Figura 1: Relações regionais de Taquara

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Unisc (2012)

Utilizou-se, como processo metodológico, a pesquisa explicativa, a documental e a bibliográfica. Da mesma forma, para atingir o objetivo geral, utilizou-se a abordagem qualitativa. Com isso, procurou-se verificar as ações realizadas pela gestão pública entre os anos de 1970 a 2010 que contribuíram para o desenvolvimento de Taquara. Para a realização deste objetivo, foram entrevistados seis ex-vereadores, sendo que três destes foram vereadores no período em que ocorreu a emancipação de Parobé (1977-1982); um nas gestões de 1989

a 2012, (seis mandatos consecutivos); um foi vereador nas gestões de 2001 a 2008 (dois mandatos consecutivos); e um na gestão de 2001 a 2004. Da mesma forma, foram entrevistados três ex-prefeitos: o primeiro foi o gestor municipal no momento em que houve a emancipação (1977-1982), sendo eleito novamente como prefeito no período de 1997 a 2000; o segundo teve o seu mandato entre os anos de 1993 e 1996; e o terceiro, entre 2005 e 2008.

Para a concretização do segundo objetivo, foram enviados questionários por *e-mail* para os secretários dos municípios da região e os empresários taquarenses. Tanto para os secretários da região como para os gestores empresariais foi realizado previamente contato telefônico e, nesse momento, todos se prontificaram a respondê-lo. Com relação aos secretários, somente 14 dos 25 responderam o questionário.

Para o terceiro objetivo, foram entrevistados o Secretário do Desenvolvimento de Taquara e o diretor do SINE. Procurou-se identificar os principais mercados consumidores, fornecedores e a capacidade inovativa das empresas taquarenses bem como identificar as dez empresas que mais arrecadaram ICMS no município e seu ramo de atuação. Este estudo ficou limitado ao período 2008 a 2010, visto que, conforme o relato do próprio secretário, não havia dados dos anos anteriores.

Para fazer parte desse estudo, as empresas deveriam estar entre as dez que mais arrecadaram ICMS nos três anos consecutivos, 2008 a 2010, com isso, se chegou à delimitação de seis empresas, mas duas delas foram descartadas, pelos seguintes motivos: a primeira relatou que não era norma da empresa dar informações ou participar de qualquer pesquisa; e a segunda, que o *e-mail* da empresa deveria estar com problemas. Também foi entrevistado o diretor do SINE, para que fossem identificadas a qualificação e a oferta da mão de obra no município de Taquara. Com o propósito de realizar o quarto objetivo, entrevistou-se a Secretária do Sindicato Rural de Taquara e três compradores de três supermercados distintos, situados em Taquara. Optou-se por entrevistar a Secretária do Sindicato Rural, porque, em contato com um funcionário da Receita Federal, este a indicou, alegando que ela tinha um conhecimento mais amplo sobre os produtos comercializados pelos agricultores, já que é ela quem emite as notas fiscais nos blocos dos produtores. Em relação à escolha dos três supermercados, estes são distintamente reconhecidos pela comunidade taquarense como os maiores. O objetivo foi identificar para quem os produtores taquarenses vendiam os seus produtos.

Para analisar os dados da pesquisa qualitativa, adotou-se a análise de conteúdo, bem como o seu relacionamento com a teoria. Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, no qual são utilizados procedimentos sistemáticos e objetivos que servem para descrever o conteúdo das mensagens.

Desenvolvimento regional: aspectos conceituais

Furtado (1988) acredita que o termo “desenvolvimento” tem sido empregado em dois casos: a) à evolução de um sistema social de produção que, por meio da acumulação e progresso tecnológico, torna-o mais eficiente, ou seja, o aumento da sua produtividade; e b) ao grau em que são satisfeitas as necessidades humanas. Entre essas necessidades, pode-se observar as de alimentação, vestuário, expectativa de vida, entre outras.

Assim, a ideia de desenvolvimento está ligada ao processo de inovação e transformação, pois o homem é um transformador de si, é ele quem modifica o mundo e se desenvolve ao mesmo tempo com este processo global (RIVERO, 2002). Essa ideia de inovação e transformação de um país é um dos principais fatores de seu desenvolvimento, porém, na interpretação de Rivero (2002) não é exatamente e sempre que isso acontece. Para o autor, existe um vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países “em desenvolvimento” e este é conhecido como o vírus da miséria científico-tecnológica. “Quando o vírus da miséria científico-tecnológica coincide com outro vírus de inviabilidade – o da explosão demográfica urbana –, então o não desenvolvimento é quase inevitável”. (RIVERO, 2002 p.135). No seu entendimento, isso acontece às receitas geradas pelos produtos de pouco valor agregado, como os minerais, os metais, a produção agrícola, as madeiras, têxteis, entre outros, já que não asseguram recursos suficientes à criação de empregos e também à satisfação das necessidades das populações que crescem demais nas cidades subdesenvolvidas.

Por sua vez, o desenvolvimento local não é necessariamente o desenvolvimento de um município ou de uma localidade, mas pode ser também o de uma comunidade ou uma microrregião. Porém, existe um consenso de que o desenvolvimento local assume dimensões políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. Logo, para que haja o desenvolvimento local, é necessário que todas estas dimensões estejam alinhadas com as diferentes culturas entre os diversos municípios.

De acordo com Santos (2002), para que se possa entender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas, às categorias que ele nos legou. Conservar categorias envelhecidas equivale a construir um conceito e, sendo ele histórico, ele se esgotará no tempo. Para o autor, é importante que se diferencie os três tipos básicos de espaço: a) espaço-tempo circular; b) espaço-tempo linear; e c) espaço-tempo da simultaneidade. O primeiro ocorre nas sociedades tradicionais, nas quais é transmitida a ideia de circularidade, já que se tem a sensação de que o tempo não passa e as coisas não mudam e, se mudam, assim o fazem de forma tão vagarosa que acabam não sendo perceptíveis tais transformações. O segundo é o inverso, onde ocorrem as transformações, o progresso e a inovação; é, portanto, a briga constante contra o tempo. É o espaço no qual a cidade é construída, onde nada havia. O terceiro é espaço onde acontecem, por um lado, a transferência de novos produtos (tecnologias) e, ao mesmo tempo, o resgate de fatores culturais e regionais, ofertados pelos espaços-tempos circulares.

Na percepção de Boisier (1996), o desenvolvimento regional depende da articulação e das condições de interação de seis elementos: 1) os atores; 2) as instituições; 3) a cultura; 4) os procedimentos; 5) os recursos; e 6) o entorno. Como assinala o autor, são essas articulações inteligentes entre esses elementos que podem levar uma região a potencializar seus recursos e ajudá-la a desenvolver-se econômica, política e socialmente no cenário da globalização, por meio de um projeto coletivo regional.

O processo de desenvolvimento, conforme Santos (2003), deve se dar a partir de uma estratégia que vise a preparar os atores locais e regionais para transformar a realidade desfavorável em um padrão de desenvolvimento, aproveitando ao máximo as oportunidades em favor do seu território. Oliveira e Lima (2003) sugerem ainda que cabe ao governo (federal, estadual e municipal) ofertar uma série de instrumentos a fim de suprir as deficiências locais e regionais, visando à sustentabilidade, capacitação e assistência técnica para o empreendedorismo econômico, cultural e social, incentivando, por conseguinte, o associativismo e o cooperativismo, bem como a democratização do crédito para pequenos e médios empreendimentos, a expansão do ensino técnico e superior, os incentivos à implantação de núcleos locais e microrregionais de pesquisa e a inovação tecnológica (constituídos com base em parcerias entre governos, universidades e setor privado).

As estratégias do desenvolvimento local procuram reduzir a dependência do exterior e aproveitar as potencialidades locais. Mas, se as estratégias são variadas, os arranjos locais são únicos, ou seja, dificilmente se encontrará a mesma situação ou a mesma combinação de fatores em mais de um lugar. O desenvolvimento local é, assim, uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual em um contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras (ENDLICH, 2007).

Para se compreender uma dada região, é necessário analisar as diferentes formas de civilização, bem como a ação humana, os gêneros de vida, a sua cultura, os seus hábitos, o seu território, entre outros aspectos. São estas particularidades que caracterizam e complementam as suas diversidades. Deve-se, a partir desta descrição das características físicas, estruturais, populacionais e de suas atividades econômicas, encontrar para cada região uma personalidade ou particularidade, algo que a torne diferente das demais. Essas diferenças podem estar centradas na morfologia do relevo, no clima, na estrutura ou em qualquer outro ponto. Mas é importante que se encontre tal diferença à luz da(s) sua(s) particularidade(s) (SANTOS, 1999b). Para Pereira (2000, p. 65), a região é definida como uma “superfície que, por algum critério, seja natural, econômico, político, enfim que, por qualquer critério, até mesmo arbitrário, adquira singularidade, característica própria, isto é, tem criada alguma identidade que a diferencia das demais, segundo tal ou tais critérios”.

No ponto de vista de Andrade (1995) é importante não se confundir o conceito de território com outras categorias da geografia, sendo que o território estaria ligado “à ideia de domínio ou de gestão de determinada área, ou seja, à ideia de, quer se faça referência ao poder público, estatal ou ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p. 19). Por sua vez, Santos (1999a), também identificou alguns recortes no território, chamando-os de “horizontalidades” e “verticalidades”. As horizontalidades seriam “os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1990a, p. 16).

As forças que conduzem o processo de horizontalização são centrípetas, isto é, são forças de agregação e fatores de convergência em relação a uma base territorial específica. Tais forças são resultado do processo econômico e social, podendo estar subordinadas tanto às

regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. As forças centrípetas ou forças de agregação são fatores de convergência e agem no campo, na cidade, bem como entre a cidade e o campo. No campo e na cidade, são fatores de homogeneização e aglomeração; entre o campo e a cidade, são fatores de coesão (SILVEIRA, 1984). Já, para Santos (1999b), a verticalização é centrífuga, ou seja, são forças de fragmentação e fatores de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali.

No que tange às regiões retardatárias, para Hirschman (1961), estas passam por momentos espontâneos de desenvolvimento, na medida em se espelham em regiões, no qual o processo de desenvolvimento já foi verificado. Essas regiões retardatárias sofrem o efeito da força centrípeta das regiões mais avançadas, e um dos causadores do efeito, decorrente de tal força no desenvolvimento de uma região, é a instalação de uma indústria, visto que esta atrai investimento em infraestrutura, principalmente, em transportes (OLIVEIRA, 2005). Para o autor, as forças centrípetas se sobrepõem às centrífugas, e as regiões que possuem maior poder de atração de mão de obra e investimentos apresentam maior desenvolvimento do que as que possuem maior poder de repulsão.

Dessa forma, Dubey (1977), assevera que a economia regional compreende o estudo da diferenciação espacial, das inter-relações entre as áreas dentro de um sistema nacional de regiões, enfrentando um universo de recursos escassos, desigualmente distribuídos no espaço e imperfeitamente móveis. Sendo assim, percebe-se uma diferenciação entre o mercado de consumo, as fontes de recursos e os locais de produção. Verifica-se, portanto, que os mercados, os produtos e os consumidores não estão distribuídos de forma homogênea no espaço e isto se dá porque nem todas as áreas são exploradas com a mesma intensidade e ao mesmo tempo. As que são exploradas primeiramente tendem a obter vantagens adicionais sobre as demais.

O desenvolvimento de taquara no período recente

Sen (1999) ressalta que o conceito de desenvolvimento transcende a regulação da economia e se relaciona com a liberdade, a justiça, o equilíbrio e a redistribuição. Por sua vez, Veiga (2005) ressalta que o desenvolvimento se dá a partir das mudanças qualitativas –históricas, culturais, estruturais, sociais e ecológicas. Segundo Sachs (2002), é importante se conhecer o sistema político, os

valores, padrões culturais e a organização espacial de uma sociedade. Este conhecimento é importante para que não se crie conflitos entre os interesses políticos, culturais, ambientais com os da sociedade (AREND; ORLOWSKI, 2012). Outro fator que deve ser levado em conta é o território, pois este traduz a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e de poder e a complexidade entre os processos sociais e espaço geográfico (HAESBAERT, 2002).

O entendimento desta complexidade de fatores foi importante para o entendimento das perdas territoriais do município de Taquara ao longo de sua fundação. Para Souza (1995), os territórios podem tanto ser construídos como destruídos tanto em nível espacial quanto temporal. Silveira (2003) afirma que o território não apresenta uma dimensão espacial e temporal fixa e que esta pode variar de tamanho e de lugar.

Constatou-se que tanto a política nacional quanto a estadual interferem no desenvolvimento/crescimento de um território e que é importante que os gestores municipais alinhem suas estratégias com as políticas destas esferas. Segundo Oliveira e Lima (2003), cabem aos governos federais e estaduais a oferta de instrumentos que venham a suprir as deficiências locais e regionais por meio de incentivos ao associativismo e cooperativismo, da democratização de créditos para os micros e pequenos empreendedores e do fortalecimento de parcerias entre governos, universidades e setor privado. Para Diniz e Crocco (2006), o desenvolvimento de cada região é único e Perroux (1967) argumenta que competem às políticas econômicas e às políticas públicas o desenvolvimento técnico e humano e a integração entre as regiões ricas e pobres.

Quando se aborda o desenvolvimento de um dado município/região, um dos fatores que se deve ser levado em conta é o aumento da sua população em relação à sua população pregressa. Essa comparação inicial dá indícios de como o município têm conseguido manter a sua população, por meio da oferta de mão de obra às empresas ali instaladas. No caso de se perceber uma migração, compreende-se que o município está ofertando trabalho e, possivelmente, condições na melhoria de qualidade de vida das pessoas.

Para Duhram (1984), a migração não ocorre somente em função da miséria na sociedade de origem, mas também da necessidade de melhoria social que o indivíduo sente, a qual só é realizada, se houver o processo migratório. Golgher (2004) comenta que as regiões que perdem população, geralmente apresentam

proporções maiores de idosos. Quando há migração de uma região, pode ocorrer toda uma mudança de ordem estrutural, eis que, dependendo do fluxo de emigrantes, poderá haver menos investimentos em escolas e um aumento no setor de saúde. De acordo com o autor, algumas regiões se beneficiam com a migração, enquanto outras, não. Golgher (2004) também aborda que a diferença entre as regiões estaria no tipo de migrante que ela atrai ou perde. As regiões que atraem indivíduos com escolaridade mais elevada ou que perdem trabalhadores pouco qualificados seriam beneficiadas, ao inverso das regiões que perdem pessoas qualificadas ou que atraem trabalhadores pouco educados, sendo ela prejudicada.

Porém, se, ao contrário, for percebida uma evasão populacional, é sinal de que o município não está conseguindo reter esta população, o que significa que os residentes não estão satisfeitos com a oferta de empregos, se é que exista, e também com a qualidade de vida que estão levando. Assim, a mão de obra ativa sai em busca de novas oportunidades de trabalho, em novas localidades, geralmente, mais longe que os municípios limítrofes, pois, caso algum cidadão não consiga emprego no seu município, ele pode vir a trabalhar em outro município (limítrofe) e continuar morando no município de origem. Esse fato não caracteriza uma emigração. Para se caracterizar uma emigração, é necessário que ele saia do município de origem e se estabeleça em outro, criando vínculos com ele.

Destaca-se também que, no município de Taquara, não se observou um índice de crescimento populacional tão grande quanto em outros municípios estudados. Na década de 1980, houve um crescimento considerável, quando comparado ao crescimento do Estado.

Com relação ao crescimento do censo populacional da região, nota-se que, na década de 1980, a região cresceu 86,90%, quando comparada à contagem da população na década de 1970. Em outras palavras, quase duplicou a população da região em estudo, mas, ao longo do tempo, ela apresentou forte queda, chegando, no ano de 2010, com um crescimento populacional de 10,24%, obtendo, com isto, uma média, nos últimos 40 anos, de 43,40%. Esse fator foi ocasionado pela oferta de mão de obra nas indústrias calçadistas da região, que atraíam pessoas tanto da zona rural quanto de outros municípios.

Tabela 1: Percentual de crescimento populacional dos municípios entre as décadas de 1970 a 2010

Municípios	População Residente 1980	População Residente 1991	População Residente 2000	População Residente 2010
	Total	Total	Total	Total
Rio Grande do Sul	17,57	15,02	11,52	4,97
População da Região Pesquisada	86,90	53,26	23,18	10,24
Taquara	32,76	2,64	24,39	3,47

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos censos demográficos de 1970 a 2010

Outro fato constatado foi que, na contagem populacional de 2000, houve um aumento da população rural taquarense de 31,67%. Isto se deu, segundo o Secretário do Desenvolvimento de Taquara, pelo regresso parcial da população que havia migrado da zona rural para a urbana na década de 1970 e 1980. Porém, essa informação não pôde ser confirmada com dados estatísticos, visto que o responsável pelo cartório de registro de imóvel do município não quis fornecer os devidos dados, afirmando que eles eram sigilosos.

Tabela 2: Variação do crescimento populacional dos municípios estudados entre o período de 1970 e 2010

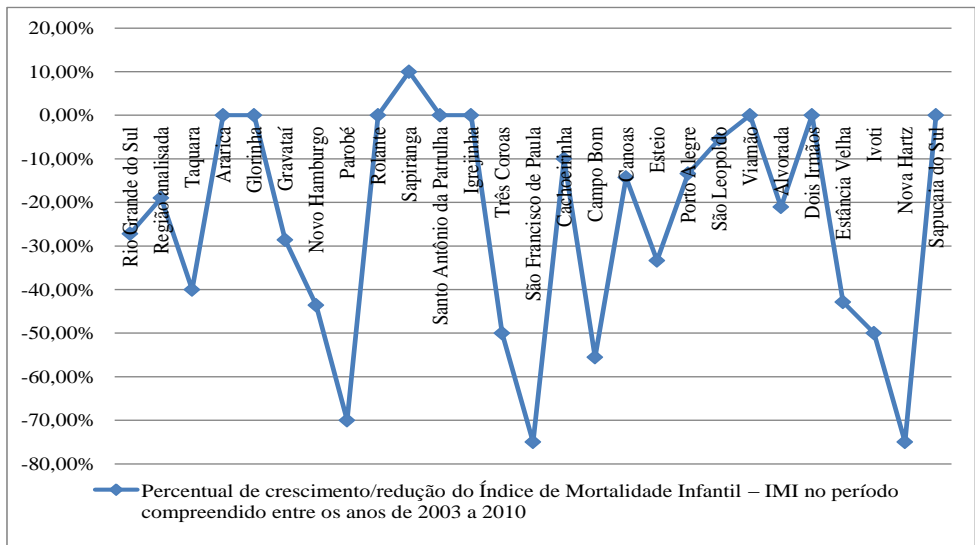
Municípios	População de 1970		População de 2010		Variação entre 1970 a 2010	
	População Total	População Total	População Total	População Total	Variação %	Variação %
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rio Grande do Sul	3.620.588	3.134.870	9.100.291	1.593.638	151,35	-49,16
População da Região	93.229	18.624	428.324	6.766	359,43	-63,67
Taquara	18.270	12.897	45.276	9.380	147,82	-27,27

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da FEE (2011)

Observou-se que o aumento deste índice populacional está elencado ao Índice de Mortalidade Infantil (IMI). Se esses números forem baixos, é sinal de que o município também apresenta um bom desenvolvimento social neste quesito. Para isso, foi consultado o IBGE (2012), e este somente tinha dados referentes aos anos de 2003 a 2010. Silva e Alfradique (2006, p. 17) dizem que “as dificuldades para o cidadão acessar as informações de interesse público ocorrem em decorrência da falta de cultura cívica, tanto da comunidade quanto dos servidores públicos que, no geral, tratam a informação como se fosse um segredo de Estado”. Dessa forma, verifica-se que o estado vem

apresentando uma redução nesse índice, quando comparado aos anos que vão de 2003 a 2010, com um percentual de 27,18%. O município de Taquara também apresentou uma redução de 40,00%, conforme gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual de crescimento/redução do Índice de Mortalidade Infantil – IMI no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010

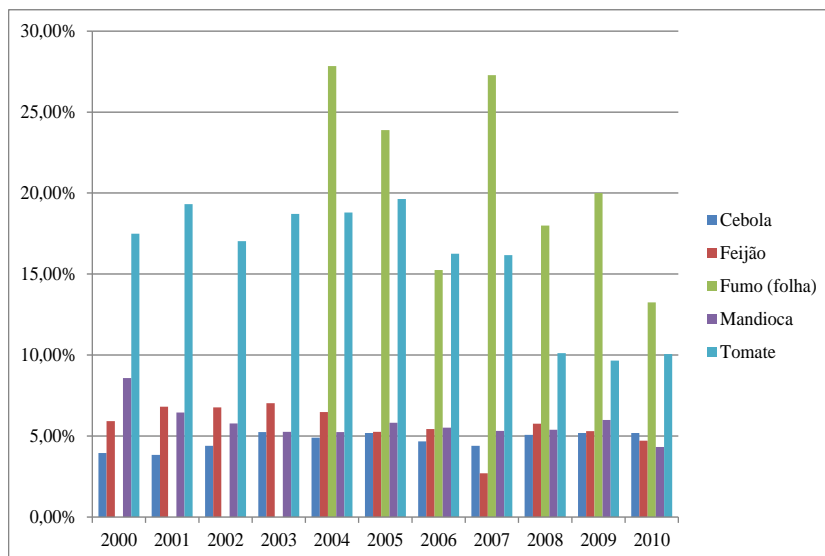


Fonte: IBGE (2012) – Estatística de registros, adaptado pelo autor

Já com base no QL, notou-se que as principais especializações do município no setor primário são a indústria extrativa mineral de pedras grês e o laticínio. O primeiro se dá pela geologia do município e o segundo pelas suas características fundiárias, sendo que mais da metade das propriedades apresentam menos de 10 hectares e uma forma de renda mensal para os produtores rurais está na produção de leite.

No que tange ao setor primário, observou-se que os cinco produtos que apresentam destaque nas lavouras temporárias são as cultivares de cebola, feijão, fumo, mandioca e tomate. O fumo, é a cultivar que mais vem se destacando das demais desde 2006.

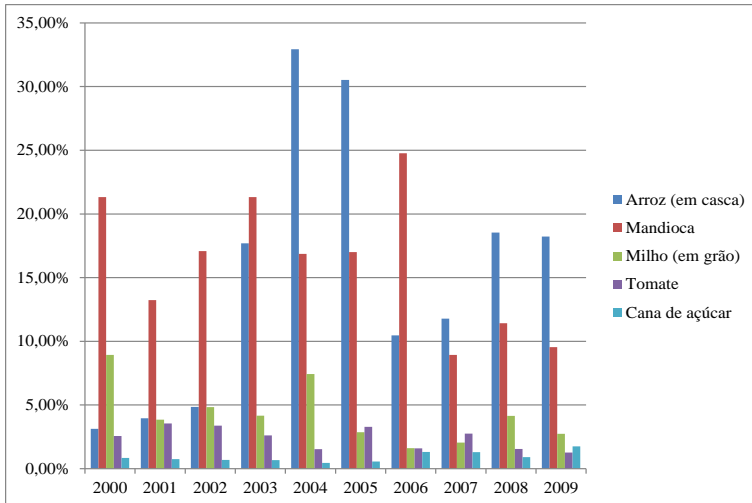
Gráfico 2: Percentual da produção em toneladas dos cinco principais produtos das lavouras temporárias do município de Taquara, comparada com a região entre (2000-2010)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Porém, quando comparado os produtos dessa lavoura com a geração do VAB, pode-se perceber que, apesar do arroz, do milho e da cana de açúcar não estarem entre os produtos com maior participação na produção do município, eles se destacam no VAB agropecuário, o arroz e a mandioca são os produtos de maior representatividade. O arroz, nos anos de 2004 e 2005, representou mais de 30% do VAB agropecuário do município, e a mandioca apresenta boa representatividade no VAB agropecuário desde 2000. Mesmo apresentando queda nos anos de 2007, 2008 e 2009, ela figura entre os dois principais produtos na formação do VAB do município.

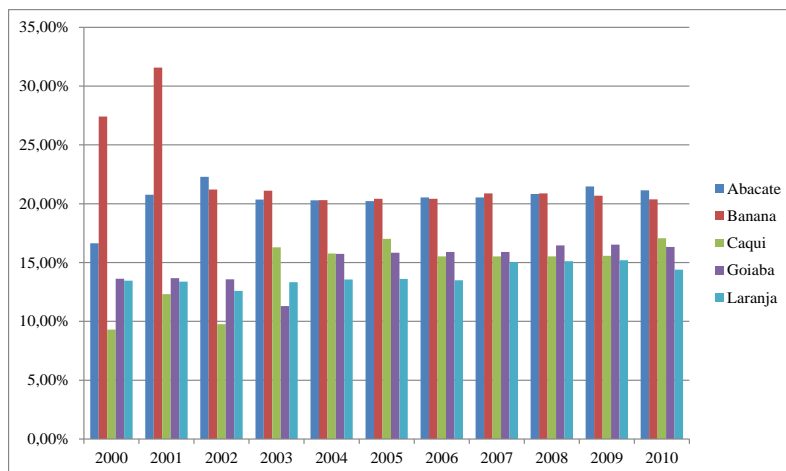
Gráfico 3: Participação dos cinco principais produtos produzidos nas lavouras temporárias com relação ao VAB agropecuário do município de Taquara (2000-2009)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Por sua vez, os cinco principais produtos das lavouras permanentes são: o abacate, a banana, o caqui, a goiaba e a laranja. Percebe-se no gráfico 4, uma homogeneidade dos produtos desta lavoura.

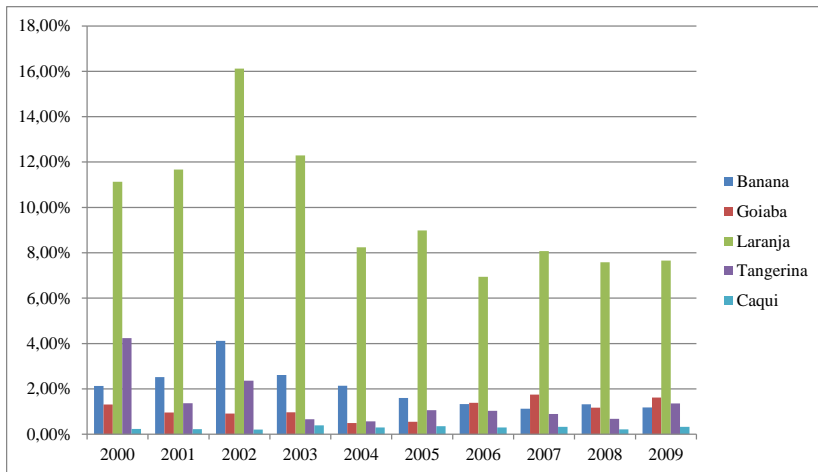
Gráfico 4: Percentual da produção em toneladas dos cinco principais produtos das lavouras permanentes do município de Taquara, comparada com a região entre (2000-2010)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Nas lavouras permanentes, o grande destaque desta cultivar é a laranja que, no ano de 2002, chegou a representar 16% no VAB agropecuário e, nos anos de 2006 a 2009, oscilou entre 6 a 8%, mas a sua participação na composição do VAB agropecuário vem apresentando quedas desde 2002. A banana é um dos produtos que apresentou maior representatividade na sua produção, quando comparada com a da região, porém, assim como a laranja, aquela vem apresentando queda na participação do VAB agropecuário. Enfatiza-se ainda que o abacate, que apresentou participação na produção acima de 20% nos últimos anos, não teve significância no VAB agropecuário do município, conforme gráfico 5.

Gráfico 5: Participação dos cinco principais produtos produzidos nas lavouras permanentes com relação ao VAB agropecuário do município de Taquara (2000-2009)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

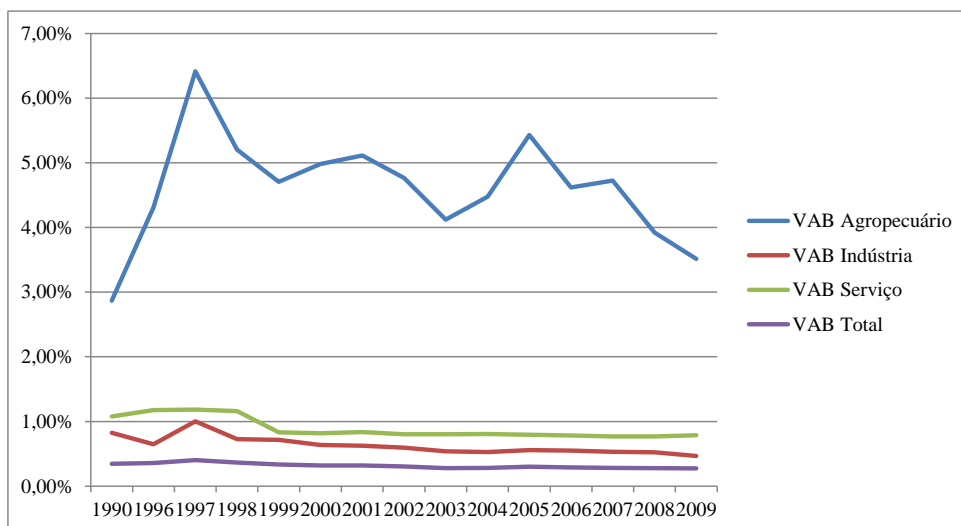
Nesse setor, constatou-se ainda que o município não apresentou especialização na produção de maçãs, mas o cultivo desta cultura está sendo incentivado pela prefeitura, com o apoio da EMATER.

No setor secundário e com base nos índices do QL, Taquara apresentou especialização na fabricação de calçados, nos produtos químicos, nas borrachas e nos materiais plásticos. A indústria calçadista e química está entre as seis empresas que mais arrecadaram ICMS para o município no período de 2008 a 2010. Já a de borracha e materiais plásticos figurou entre as dez maiores do município nos anos de 2008 e 2009. Segundo as respostas nas entrevistas com os gestores empresariais taquarenses, nenhuma delas apresenta utilização intensiva de tecnologia. No setor terciário, têm-se a previdência complementar e os planos de saúde como destaque. O primeiro, realizado pelo setor bancário e o segundo, pela UNIMED, que, conforme se constatou, possui a sua sede no município e esta abrange os demais municípios da região, gerando assim o ICMS das suas operações para o município de Taquara.

Quanto ao VAB total, Taquara se posicionou em décimo quinto lugar em relação à região. Porém, da mesma forma que outros municípios da região, estes vêm apresentando queda no VAB total desde 1990. Por sua vez, o PIB vem se mantendo estável nos últimos

anos, quando comparado ao ano base de 2001. Notou-se igualmente um aumento no consumo de bens finais e uma redução no consumo de bens de produção ou intermediários. Percebeu-se ainda que tanto o VAB agropecuário quanto o industrial e o de serviços do município vem apresentando queda desde 2005.

Gráfico 6: Evolução percentual do VAB (agropecuário, industrial, serviços e total) taquarense comparado com a região analisada entre os anos de 1990 a 2009



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da FEE (2011)

Com base nessas informações, constatou-se que houve aumento do PIB em valores reais, mas, em contrapartida, houve redução no VAB total e no ICMS. Esse fator pode ser explicado pelo município apresentar algumas empresas de médio e grande porte na sua maioria filiais, sendo que a venda dos produtos ocorre pela matriz, que realiza, nas unidades instaladas no município, apenas o processo produtivo, gerando ICMS para o município no qual se encontra a empresa matriz. As filiais, contudo, geram empregos e estas acabam gerando renda para os municípes, que é revertida em compras de produtos nas empresas instaladas no município, o que acaba resultando em aumento no PIB. O fato exposto explica o motivo pelo qual o município está produzindo menos produtos considerados intermediários, pois estes são transferidos para outras unidades operacionais, sem que ocorra, na

maioria das vezes, a operação de venda no município. Outro fator que explica a queda do VAB total e da arrecadação de ICMS é a perda de empresas por parte do município, que ocorreu através da falência ou de sua transferência para outro município ou Estado.

Constatou-se que o município apresenta tanto horizontalidades quanto verticalidades em suas empresas. As horizontalidades foram observadas nas empresas que apresentaram relações diretas com o município taquarense (indústria química e de alimentos). Estas são empresas fundadas no próprio município e apresentam relações com o território. Segundo Santos (1999a), as horizontalidades são as fábricas da produção propriamente dita. Estas horizontalidades são endógenas e centrípetas, apresentando relações com o próprio território. Por sua vez, o autor traz as verticalidades como exógenas e centrífugas. Notou-se que as indústrias calçadistas, de materiais plásticos, do setor de vestuários, são as que apresentam maior grau de verticalidades.

Também, procurou-se saber a percepção dos atores locais sobre o desenvolvimento de Taquara. Verificou-se por meio da entrevista com os ex-vereadores, ex-prefeitos, gestores empresariais e demais secretários dos municípios da região que as ações, realizadas pela Gestão Pública taquarense entre os anos de 1970 a 2010, não contribuíram para o desenvolvimento do município.

Da mesma forma, os ex-vereadores afirmaram que o município de Taquara não se desenvolveu tanto quanto os demais da região e o seu crescimento se deu aquém dos outros. Acreditam eles que seu desenvolvimento acontecerá quando for criado no município um parque industrial, com toda a infraestrutura necessária para atrair novos empreendedores. Essa concentração de indústrias reflete em ganhos obtidos pelas firmas, que podem ser alcançados pela aglomeração de muitas indústrias similares, com vínculos horizontais, verticais e multilaterais (LINS, 2001). Esta aglomeração de indústrias favorece a troca de informações, as inovações e os conhecimentos e são importantes para o desenvolvimento socioeconômico regional (PIEKARSKI; TORKOMIAN, 2004). Por sua vez, North (1977) enfatiza que investimentos e melhorias na infraestrutura local favorecem o escoamento dos fluxos de bens, serviços e informações, o que acaba gerando novas economias externas.

Segundo os ex-prefeitos e ex-vereadores, o diferencial que Taquara tem apresentado em relação aos demais está na qualidade de ensino ofertado e que este fator pode ser um determinante na escolha da instalação de uma nova empresa no local. Porém, os dados do IDEB e do ENEM não confirmam esta qualidade de ensino ofertada no

município, conforme salientado pelos ex-vereadores e ex-prefeitos, pois as notas do ENEM e IDEB dos alunos das redes pública e privada taquarense se equiparam com as notas dos alunos dos demais municípios da região. O que se constatou foi que as escolas privadas apresentaram melhores notas no ENEM, quando comparadas com as notas da rede pública. Para Hilhorst (1973), uma indústria ao analisar a escolha de uma localidade para a instalação da sua planta fabril leva em conta o custo da localização, cliente *versus* fornecedores. Entre estes custos também estão o de transporte, mão de obra, energia, custo de vida de determinada localidade e outros, e não somente a educação.

Conforme o ex-prefeito 1, com a emancipação de Parobé, ficou mais fácil administrar Taquara, porque ficou com uma área, uma população e problemas menores. Ele também acredita que, quando ocorre alguma eventual crise, Taquara é a que menos sofre se comparada aos demais municípios da região. Pôde-se perceber, ao longo do estudo, que o município sofre tanto quanto os outros, já que as relações de troca entre o município taquarense com os da região são indissociáveis, ou seja, existe uma cadeia de valor, cujas variáveis não podem ser separadas e tampouco analisadas isoladamente.

Observou-se que, dos onze municípios que fazem divisa territorial com Taquara, nove apresentaram especialização no setor coureiro-calçadista e quando existe crise neste setor, todos os municípios sofrem diretamente com ela. As crises neste setor têm acontecido com frequência, pois este está relacionado fortemente com a valorização do câmbio. Conforme informado por Castilho, Calandro e Campos (2010), a fabricação de produtos de borracha e de plásticos, de calçados e artigos de couro, foi fortemente afetada pelo câmbio valorizado entre os anos de 1995 a 1998, bem como pelo ingresso destes produtos oriundos do mercado chinês no mercado brasileiro. Os mesmos autores comentam que com a desvalorização do câmbio em janeiro de 1999, o setor coureiro-calçadista voltou a apresentar crescimento.

Neste sentido, segundo Rivero (2002), para que o desenvolvimento de uma região aconteça, é necessário que ela deixe de lado a produção de produtos que apresentem baixo valor agregado, entre eles, a produção agrícola, as madeiras, os têxteis, o calçadista, entre outros. Caso ela não consiga se desvencilhar da produção destes produtos que apresentam baixo valor agregado, ela poderá incorrer no período espaço-tempo circular, em que, segundo Santos (2002), a sociedade tem a sensação de que a localidade está parada no tempo e

que nada muda e, se muda, é de forma tão lenta que as pessoas não conseguem perceber.

Por outro lado, na visão dos Ex-prefeitos 2 e 3, o município perdeu muito com a emancipação de Parobé (último dos sete municípios emancipados de Taquara), não se desenvolvendo tanto quanto os outros da região, principalmente pelas perdas territoriais e das empresas que estavam ali instaladas. Para esses ex-prefeitos, um dos fatores que pode contribuir para o desenvolvimento do município taquarense é o envolvimento entre a Gestão Pública e a privada. Santos (2003) também comenta sobre a importância de envolver todos os atores locais para a obtenção do desenvolvimento. Porém, quando entrevistados os empresários taquarenses, percebeu-se que estes não são consultados quando o assunto se refere ao desenvolvimento do município e também desconhecem as ações públicas. Portanto, pôde-se constatar, nas entrevistas com os ex-prefeitos, que o envolvimento dos empresários nas tomadas de decisão fica apenas no discurso e que, na Gestão Pública do município, estes não são consultados.

Procurou-se identificar quais foram as principais empresas arrecadoras de ICMS de Taquara bem como o seu ramo de atuação, os mercados consumidores, os fornecedores, a percepção sobre a qualificação da mão de obra ofertada e a capacidade inovativa dessas empresas. Notou-se que a maior empregadora é a indústria calçadista, seguida do comércio, sendo a primeira responsável, em média, por 20,98% ao ano da arrecadação do ICMS no período entre 2008 a 2010. Pelo fato de o município apresentar apenas algumas empresas de grande porte, como constatado nas empresas que mais arrecadam ICMS no município (setor calçadista, químico, alimentação, vestuário e distribuição de bebidas), duas delas são prestadoras de serviços e as outras geram o VAB total. Especificamente, os setores calçadistas, de alimentos e o químico foram os que mais arrecadaram ICMS para o município, com uma média de 29,94% da arrecadação de ICMS do município entre os anos de 2008 e 2010. Além disso, percebeu-se que o principal mercado consumidor da indústria química e da indústria de processamento de alimentos é nacional, fazendo com que estas aumentem seu potencial de comercialização. Já as empresas varejistas de distribuição de bebidas e de alimentação possuem o mercado taquarense como principal consumidor.

Para a empresa de processamento de alimentos, as matérias-primas são oriundas de todo o Brasil. Assinala-se também que o empresário do setor químico relatou que, geralmente, a sua matéria-prima é importada dos EUA e da China. Da mesma forma, o

empresário da indústria varejista de alimentos informou que os seus produtos são fabricados por diversas empresas nacionais e internacionais. Já o empresário da distribuidora de bebidas afirmou que os seus produtos são fabricados no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Também se percebeu que os funcionários, sob a ótica dos gestores empresariais, querem crescimento rápido, o que propicia, muitas vezes, o aumento do índice de rotatividade e absenteísmo nas empresas. Observou-se que o município, por ter uma faculdade e escolas técnicas, é formador de profissionais em nível tático, ou seja, em nível gerencial, contudo estas mesmas empresas têm dificuldade em absorver toda esta mão de obra disponível, indicando que ele é exportador de mão de obra qualificada em nível tático e importador de mão de obra com baixa qualificação em nível operacional, pois, como já observado no decorrer do presente estudo, o mesmo apresentou aumento populacional.

Com relação à localização geográfica, os gestores empresariais relataram que Taquara é privilegiada nesse quesito, visto encontrar-se próxima aos grandes centros consumidores como Novo Hamburgo, Porto Alegre, Litoral e Serra Gaúcha e o acesso rodoviário a estas localidades ser de boa qualidade. Esse fator é importante para que os empresários taquarenses consigam escoar a sua produção com um menor custo, tornando, assim, os seus produtos mais competitivos, já que carecem de mão de obra especializada no nível operacional. O fato de o município taquarense apresentar uma ótima localização geográfica está ligado não somente à fluidez ou movimento, mas também à incorporação das relações sociais entre os diferentes espaços (HAESBAERT, 2002). Na percepção dos gestores empresariais, o município taquarense não se desenvolveu nos últimos anos, assim como muitos outros da região, constatando-se, portanto, uma estagnação da região, decorrente da falta de especialização dos mais diversos setores avaliados e do não aproveitamento das suas redes. Para Dias (1995), o sucesso da fluidez, em muitos casos, deve-se à participação dos órgãos público e privados. Porter (1999) comenta que o desenvolvimento de um país está relacionado à adaptação da indústria em relação às novas tecnologias e inovações, da existência da rivalidade interna, de fornecedores agressivos e de clientes exigentes.

Também se observou a existência de grande individualismo na tomada de decisão tanto dos Gestores Públicos quanto privados, o que não tem colaborado para o desenvolvimento do município de Taquara. De acordo com os Gestores Públicos e privados, os fatores determinantes para que o desenvolvimento do município não ocorra

são a baixa qualificação da mão de obra; a importação de algumas matérias-primas da China, dos EUA e de outros estados e ou/regiões; a falta de comunicação entre Gestores Públicos e privados, para alinhar as estratégias públicas com as privadas, a fim de que possam se precaver contra eventuais ameaças externas ou aproveitar as oportunidades; número reduzido de indústrias em contraposição ao das prestadoras de serviço, que é elevado e, também, o comércio, que não agrega valor aos produtos.

Por fim, procurou-se identificar os principais mercados consumidores dos produtos agropecuários do município de Taquara. Por meio das entrevistas realizadas com os compradores dos supermercados, identificou-se que a maioria dos agricultores taquarenses não possui estrutura produtiva para ofertar os seus produtos para os supermercados. Além disso, a Secretária do Sindicato Rural relatou que as propriedades taquarenses são geralmente de pequeno porte e que os agricultores, em geral, possuem uma idade avançada, o que dificulta a produção contínua de seus produtos. Para muitos deles, a produção é apenas o complemento da sua renda (aposentadoria) e preferem realizar a venda direta ao consumidor.

Conclusões

O presente estudo teve como problema de pesquisa identificar os fatores que influenciaram na dinâmica de longo prazo e no desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara, com base no período de 1970 a 2010. Para alcançar as respostas referidas ao problema proposto, apresentou como objetivo geral a análise da dinâmica socioeconômica de longo prazo e o desenvolvimento municipal de Taquara e a sua relação com a região.

Primeiramente, buscou-se realizar um estudo histórico do município, procurando entender o contexto do crescimento econômico, observado desde a década de 1970. Notou-se que, ao longo da sua constituição, Taquara cedeu parte de seu território para a formação de outros sete municípios. Além das perdas territoriais que afetaram o desenvolvimento do município, a política econômica nacional da década de 1980 foi um fator decisivo para a estagnação do mesmo, à medida que o investimento no setor coureiro-calçadista praticamente cessou neste período. Desta forma, as perdas do município não ficaram somente no territorial, mas também na redução da arrecadação do ICMS, no aumento da utilização dos serviços públicos (hospital, escolas, creches) por parte da população que, após a emancipação,

passou a pertencer a outro município e a redução no repasse dos impostos federais e estaduais.

Quanto aos planos de governo federal e estadual, cabe aos gestores municipais ficarem atentos às pautas de investimento estadual e federal e administrarem seus municípios indo ao encontro das políticas públicas maiores e não o inverso.

Pôde-se observar que o desenvolvimento de uma localidade está relacionado a um conjunto de fatores, mas no caso específico de Taquara, esta investiu e ainda está propensa a continuar investindo em um setor que não está na pauta de prioridade das políticas públicas. Esse setor, além de não estar na pauta de prioridades do governo, também apresenta baixo valor agregado em seu produto, o que acaba contribuindo para que não haja investimentos tecnológicos e, desta forma, tanto as indústrias quanto o município não conseguem criar diferenciais competitivos para seus produtos e mercados.

Também se observou que a região, por ter empresas que demandam uma significativa quantidade de mão de obra e por não exigirem especialização, acaba atraindo migrantes em busca de colocação profissional. Este processo também acontece com o município taquarense. Porém, também se verificou o processo inverso no município, que, por ter em seu território todo o ciclo educacional (primário, secundário, técnico e superior), o que não acontece com os demais municípios, que possuem em seu território somente o primário e o secundário, não consegue reter em seu território toda a mão de obra especializada que é formada ali, fazendo com que muito dos cidadãos taquarenses busquem colocação em outros municípios e ou estados. Observou-se que no município não existem empresas que demandem toda a mão de obra formada e este é um fator que contribui para o não desenvolvimento do município.

Constatou-se ainda que Taquara não apresenta nenhuma indústria motriz que seja capaz de mobilizar o setor e atrair indústrias menores. Com isso, o município não consegue acumular e tampouco conquistar qualquer vantagem competitiva frente aos demais municípios. Como observado, a base econômica taquarense está alicerçada na indústria calçadista, química, alimentação, vestuário e distribuição de bebidas e estas indústrias não necessitam de uso intensivo de tecnologia. Este é mais um empecilho no desenvolvimento do município.

Uma empresa quando procura uma nova localidade para a sua instalação, observa qual localidade/região lhe oferecerá melhores condições de resultados. Dentre estas condições podem estar a

qualificação da mão de obra ou o baixo valor do seu aluguel, o custo do transporte, da energia, os incentivos fiscais e todos os benefícios oferecidos pelo poder público e outros. Porém, para receber esta nova empresa, é necessário que a localidade esteja ou se organize para oferecer o devido suporte às empresas que estão ou pretendem ali se instalar, sendo necessário que haja um processo de políticas de industrialização e, da mesma forma, um conjunto de políticas públicas paralelas à urbanização. Será garantida, com isso, uma melhoria na infraestrutura, na comunicação e nos transportes, não ocasionando um estrangulamento ou gargalo no abastecimento de matérias-primas e/ou produtos, o que levará a região a não pensar mais somente no crescimento regional, mas nacional ou global.

Para isso, faz-se necessário o diálogo entre os gestores públicos e privados taquarenses. É importante lembrar ainda que os gestores públicos devem voltar seus esforços para a atração de empresas que estejam propensas a investir nestes diferenciais competitivos, mesmo que para isso seja necessária a criação de um parque industrial. Mas este parque industrial não deve contemplar em sua maioria empresas do setor coureiro-calçadista. Dependendo do tamanho deste parque industrial, empresas que apresentarem baixo valor agregado ao seu produto, devem ficar de fora. Esse recorte de indústrias, dependendo do tamanho do parque industrial, é importante para que o município possa ressaltar e aproveitar melhor outros dois pontos fortes que possui: localização geográfica e as instituições de ensino (médio, técnico e superior).

Somando-se a isso, verifica-se que o setor agropecuário também apresentou queda nos últimos anos. Por mais que existam linhas de financiamento para promover a agricultura familiar, esta foi lançada em um período tardio pelo governo, pois os possíveis sucessores da propriedade já haviam saído em busca de uma melhor qualidade de vida que as indústrias coureiro-calçadista ofereciam na década de 1970 a 1990. Essa situação culminou em um forte êxodo rural na região. Com base nos estudos acerca do tema e da atual conjuntura econômica e política, acredita-se que este seja um fator irreversível para o desenvolvimento do município.

Acredita-se que quando houver iniciativa por parte dos gestores em unir a atração de empresas que utilizem tecnologias inovadoras e com alto valor agregado à localização geográfica e ao aproveitamento da mão de obra formada nas instituições do município ou da região e ao investimento em qualidade de vida para seus cidadãos, Taquara conseguirá se desenvolver. Também se constatou

que a perda parcial de seu território para a constituição de outros municípios e a inexpressiva participação da Gestão Pública contribuiu para o não desenvolvimento do município.

No presente estudo observou-se igualmente uma divergência entre a teoria de Dubey (1977) e o caso de Taquara. Segundo o autor, as áreas exploradas primeiramente conseguem obter vantagens adicionais em relação às demais, o que não aconteceu com o município em estudo, pois se observou que esta ideia nem sempre é verdadeira, porque há outros fatores decisivos para que isto ocorra.

Referências

AREND, S. C.; ORLOWSKI, R. F. O desenvolvimento regional da Amosc a partir das teorias da base exportadora e dos polos de crescimento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 141 – 163, jan./abr. 2012.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2009.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras: Distritos e Redes, os novos paradigmas da geografia económica (Orgs.)**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: Planejamento e políticas públicas. N. 13. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2012.

CLEMENTE, A. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Orgs.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DUBEY, V. Definição de Economia Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: <online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/257/201>. Acesso em: 15 maio 2012.

FEE- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 15 ago. 2011.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

_____. **Desenvolvimento**. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. (Orgs.) Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para a entender a desterritorialização**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói-RJ: PPGeo-UFF/AGB, 2002. p.17-38.

HILHORST, J. G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA. Disponível em:< www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2011.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

LINS, H. N. Clusters Industriais: Uma experiência no Brasil Meridional. **Economia**, Curitiba, Editora Da UFPR, v. 27, n. 1 (25), p. 79-101, jan./jun. 2001.

NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 1977. p. 333-343.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez., 2003.

OLIVEIRA, C. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: um enfoque da nova geografia econômica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.10, n. 2, p. 93-116, mai/ago. 2005.

PAIVA, C. A. **Fundamentos de um Programa de Desenvolvimento Econômico para o COREDE Central**. 2004a. Disponível em: <www.territoriopaiva.com>. Acesso em: 05 jul. 2012.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PIEKARSKI, A. E. T.; TORKOMIAN A. L. V. Identificação de clusters industriais: uma análise de métodos quantitativos. **XI SIMPEP-Bauru**, SP, Brasil. 2004. Disponível em: <revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/17/15>. Acesso em: 20 mai. 2013.

PORTER, M. E. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro. Campus. 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIVERO, O. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, 2 ed. Garamond, 2002.

SANTOS, A. Q. Inclusão digital e desenvolvimento local no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8. 2003. Panamá. **Anais...** Panamá: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2003.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa e fragmentada**. O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999a.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999b.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIEDENBERG, D. R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. **Revista de estudos da Administração**. Ijuí: Editora UNIJUI, ano 2, n. 3, jul./dez. 2001.

SILVEIRA, R. M. G. Redes e Território: Uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Universidad de Barcelona**. Vol. VIII, n. 451, jun. 2003.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.